

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
16ª Sessão Ordinária de 2014
(Publicada no DOU, Seção 1, de 07/08/2014, págs. 205/209)

Dia: 18/08/14

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação das Atas da 13ª Sessão Ordinária (29/07/2014), da 14ª Sessão Ordinária (30/07/2014) e da 15ª Sessão Ordinária (04/08/2014).

Processo com Julgamento Iniciado

- 2) Processo: 0.00.000.000703/2012-80 (Pedido de Providências)
Requerente: Benedito Torres Neto - Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás
Assunto: Requer esclarecimentos deste Conselho Nacional acerca de dúvida suscitada na aplicação do art. 6º, I, “f” e “h”, da Resolução CNMP nº 09/2006, referente à base de cálculo a ser considerada no pagamento de férias não gozadas ou licenças-prêmio convertidas em pecúnia.
Relator(a): Cons. Leonardo de Farias Duarte (Relatora anterior: Cons. Taís Ferraz)
Origem: Goiás

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista no dia 30/07/2013

- 3) Processo: 0.00.000.001352/2012-24 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior

Pedido de Vista em 18/11/2013

- 4) Processo: 0.00.000.001328/2012-95 (Pedido de Providências)
Requerente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
Advogados: Oswaldo Pinheiro Ribeiro Júnior - OAB/DF nº 16.275
Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior - OAB/PA nº 3.259
Rafael Barbosa de Castilho - OAB/DF nº 19.979
Bruno Matias Lopes - OAB/DF nº 31.490
Roberta Franco de Souza Reis Pinto - OAB/DF nº 26.060
Assunto: Requer a realização de auditoria e inspeção nos sistemas de escuta e monitoramento denominado "Guardião", adquiridos por órgãos do Ministério Público Estadual e Federal, bem como a análise dos respectivos processos de licitação e aquisição, condições de uso e sua aplicabilidade.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Cons. Alessandro Tramuja Assad
Cons. Jarbas Soares Júnior

Pedidos de Vista em 03/02/2014

- 5) Processo: 0.00.000.001441/2011-90 (Pedido de Providências)
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT
Interessados: Carlos Eduardo de Azevedo Lima - Vice-Presidente da ANPT
Sebastião Vieira Caixeta - Presidente da ANPT
Assunto: Consoante Recomendação constante dos relatórios de inspeção deste Conselho Nacional, acerca da necessidade de diminuir a disparidade de recursos humanos constatada entre os ramos do Ministério Público da União, requer providências que garantam a alocação dos recursos orçamentários, para que seja alcançado um critério de proporcionalidade no provimento dos cargos e funções criados pela Lei nº 1.321/2010.
Relator(a): Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedidos de Vista no dia 10/03/2014

- 6) Processo: 0.00.000.000636/2013-84 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Fânia Helena Oliveira de Amorim - Promotora de Justiça/MT
Advogado: José Fabio Marques Dias Junior - OAB/MT nº 6.398
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Assunto: Requer a suspensão dos efeitos e, posteriormente, a revogação da Resolução nº 84/2013-CPJ, editada pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Estado de Mato Grosso, a qual regulamenta o procedimento de aposentadoria compulsória por interesse público de membros do Ministério Público do mencionado Estado. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Alessandro Tramuja Assad

- 7) Processo: 0.00.000.000768/2013-14 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho)
Requerentes: Beatriz Hernandes Branco; Bruno Thomas Tanganelli; Gabriel Khoury Dayoub; Guilherme Prescott Monaco; Helena Duarte Marques; Isadora Martinatti Penna; Mariah Silva Vieira; Tiago Guimarães Fernandes
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Requer o controle em relação ao acúmulo das funções de Procurador de Justiça do Estado de São Paulo com as funções de Magistério e Diretor Adjunto de curso superior em Universidade daquele Estado, em desconformidade com a Resolução CNMP nº 73/2011. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: São Paulo
Vista: Cons. Alexandre Berzosa Saliba

Pedidos de vista no dia 05/05/2014

- 8) Processo: 0.00.000.000400/2012-67 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Promotores de Justiça do Estado de Pernambuco: Guilherme Vieira de Castro; João Paulo Pedrosa Barbosa; Oscar Ricardo de Andrade Nóbrega; Vanessa Cavalcanti de Araújo
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Visa à anulação de ato administrativo do Ministério Público do Estado de Pernambuco quanto à aparente ilegalidade na publicação de editais de promoção de membros do Parquet. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Esdras Dantas de Souza (Relator anterior: Cons. Almino Afonso)
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
- 9) Processo: 0.00.000.001652/2013-94 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Requer a revisão de processo disciplinar contra a decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que arquivou o Processo Administrativo Disciplinar nº 08190.048316/12-66.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
- 10) Processo: 0.00.000.000008/2014-80 (Nota Técnica)
Requerente: Pedro Taques - Senador da República
Assunto: Solicitação de manifestação deste Conselho Nacional, acerca da instituição da Proposta de Emenda Constitucional PEC nº 42/2013.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedido de vista no dia 19/05/2014

- 11) Processo: 0.00.000.001166/2013-76 (Processo Administrativo Disciplinar)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Processo Administrativo Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado da Paraíba.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

Pedidos de vista no dia 02/06/2014

- 12) Processo: 0.00.000.000370/2014-51 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Vinícius Xavier Teixeira
Requerido: Ministério Público de Contas do Estado da Paraíba
Assunto: Requer a suspensão do concurso público para provimento do cargo de Procurador do Ministério Público de Contas junto ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, bem como a determinação para que se retifique a valoração da prova discursiva, adequando a pontuação aos preceitos da Lei Complementar Estadual nº 97/2010. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
Origem: Paraíba
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior
Cons. Antônio Pereira Duarte
- 13) Processo: 0.00.000.000470/2014-87 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Dirceu Dresch
Requerido: Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina
Assunto: Visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no âmbito do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Jarbas Soares Júnior
Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedidos de Vista em 09/06/2014

- 14) Processo: 0.00.000.001564/2012-10 (Pedido de Providências)
Requerente: Joaquim Henrique de Carvalho Lobato – Corregedor-Geral/MA, em exercício
Assunto: Requer a verificação por este Conselho, sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais com o exercício do magistério, por membros do Ministério Público Estadual - Resolução n.º 73, de 15 de junho de 2011.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Maranhão
Vista: Cons. Alessandro Tramujas Assad

- 15) Processo: 0.00.000.000381/2013-50 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Rodrigo Sousa de Albuquerque - Procurador de Justiça/MG
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer a suspensão e posterior desconstituição de ato do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, que concedeu licença a membro do *Parquet*, em caráter especial, para exercício de cargo de Subsecretário de Promoção de Qualidade e Integração do Sistema de Defesa Social. Pedido de liminar.
- Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho

Pedidos de Vista em 29/07/2014

- 16) Processo: 0.00.000.001000/2012-79 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Alega irregularidades em terceirização de serviços no Ministério Público do Estado do Ceará. Requer que seja determinado prazo para realização de concurso público e providências para criação de novos cargos, bem como concessão de medida liminar, a fim de que seja determinada a sustação de procedimento administrativo, que implique em prorrogação de contratos de terceirização. Pedido de Liminar.
- Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Ceará
Vista: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho
- 17) Processo: 0.00.000.001461/2013-22 (Pedido de Providências)
Requerente: Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF
Interessado: Marcos Leôncio Sousa Ribeiro - Presidente da ADPF
Requerido: Ministério Público Federal e dos Estados
Assunto: Requer providências deste Conselho Nacional a fim de impedir a prática de ato exclusivo da polícia judiciária por membros dos Ministérios Públicos Estaduais e Ministério Público Federal.
- Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega
Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedidos de Vista em 30/07/2014

- 18) Processo: 0.00.000.000147/2013-22 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Associação Cearense do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer o controle e a revisão de ato administrativo do Ministério Público do Estado do Ceará, no sentido de que seja determinada a implantação imediata, na folha de pagamento daquele órgão, da diferença de subsídios aos membros do Parquet, que estão ou vierem a ser designados ou convocados para responderem por cargos de entrância ou instância superior, inclusive com o pagamento dos valores acumulados a todos quantos tenham deixado de receber essa diferença.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Ceará
Vista: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
- 19) Processo: 0.00.000.001130/2013-92 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Osório Pacheco Alves Filho
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Alegação de excesso injustificado de prazo por parte do Ministério Público Federal, em manifestar-se quanto ao Inquérito 465/STJ, que trata de esquema de corrupção envolvendo a Administração Pública do Estado do Pará.
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Pará
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Pedidos de Vista em 04/08/2014

- 20) Processo: 0.00.000.001393/2012-11 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho)
Requerente: Hugo Cavalcanti Melo - Procurador de Justiça/PE
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Requer o cumprimento, por parte do Ministério Público do Estado de Pernambuco, da Resolução CNMP nº 09/2006, que dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros do Ministério Público, bem como o pagamento da Parcela Autônoma de Estabilidade Financeira, por não compreender o valor do subsídio, conforme a referida Resolução.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Alessandro Tramujas Assad

- 21) Processo: 0.00.000.000036/2013-16 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Promotores de Justiça/RJ: Adriana Coutinho Santos; Alexandra Paixa d'Ávila Melo; Cristiane da Rocha Correa; Eduardo Santos de Carvalho; Glaucia Maria da Costa Santana; Luciana Jorge Gouvêa; Lucio Pereira de Souza; Madalena Junqueira Ayres; Patrícia do Couto Villela; Rogério Pacheco Alves.
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Interessado: Cláudio Soares Lopes
Assunto: Visa à revisão de atos administrativos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, firmados com o Banco Itaú e que envolvem o grupo El Corte Inglês e a Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - FEMPERJ, tendo em vista irregularidades na gestão dos recursos alocados naqueles contratos.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Rio de Janeiro
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior
- 22) Processo: 0.00.000.000320/2014-73 (Recurso Interno)
Recorrente: Isabel da Costa Franco Santos
Advogados: Luiz Felipe Bulus - OAB/DF n° 15.229
Eduardo Antônio Lucho Ferrão - OAB/DF n° 9.378
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Recurso interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento do Procedimento de Controle Administrativo.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Rio Grande do Sul
Vista: Cons. Jarbas Soares Júnior

Processos Remanescentes

Incluídos na pauta da 20ª Sessão Ordinária (02/12/2013)

- 23) Processo: 0.00.000.001051/2012-09 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Maria Iracema Martins do Vale
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Requer o controle de ato administrativo da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região, que determinou a não renovação da requisição de sua servidora Luciana Maria Rocha Sampaio, técnica administrativa, para prestação de serviços à Justiça Eleitoral.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Ceará
- 24) Processo: 0.00.000.000837/2013-81 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina o funcionamento dos plantões na primeira instância das diversas unidades do Ministério Público, nos horários de incorrência de expediente forense.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal

- 25) Processo: 0.00.000.001351/2013-61 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
Assunto: Proposta de Resolução que altera o inciso VII do artigo 7º, da Resolução CNMP nº 89/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados e dá outras providências.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal
- 26) Processo: 0.00.000.001500/2013-91 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros - Presidente do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que institui o sistema de proteção pessoal de membros, servidores e seus familiares diante de situação de risco decorrente do exercício da função.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal

Incluído na pauta da 1ª Sessão Ordinária (28/01/2014)

- 27) Processo: 0.00.000.001746/2013-63 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Débora Neves da Silva - OAB/BA nº 34.649
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Requer a suspensão dos efeitos do art. 1º, do Ato Normativo nº 008/200, bem assim dos §§ 1º, 2º, 5º e 8º do art. 22, e do § 3º do art. 5º, do Ato Normativo nº 020/2008, ambos exarados pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado da Bahia. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Bahia

Incluídos na pauta da 3ª Sessão Ordinária (17/02/2014)

- 28) Processo: 0.00.000.000647/2013-64 (Recurso Interno)
Recorrente: Edmilson Wesley Franco
Recorrido: Ministério Público da União
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal
- 29) Processo: 0.00.000.001501/2013-36 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP
Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 7ª Sessão Ordinária (07/04/2014)

- 30) Processo: 0.00.000.000966/2012-99 (Inspeção)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Distrito Federal
- 31) Processo: 0.00.000.000967/2012-33 (Inspeção)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina
Assunto: Inspeção no Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Distrito Federal
- 32) Processo: 0.00.000.000968/2012-88 (Inspeção)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado de Santa Catarina
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Trabalho no Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Distrito Federal
- 33) Processo: 0.00.000.001337/2013-67 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Ciacoi - Administração de Imóveis Ltda.
Habitassul Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogados: José Luiz Borges Germano da Silva - OAB/RS nº 7.574
Laura Valls Germano da Silva - OAB/RS nº 78.518
Pietro Miorim - OAB/RS nº 70.897
Requerido: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina
Interessado: Membro do Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina
Advogado: Fernando Bessa Vieira – OAB/DF nº 15.078
Assunto: Requer a desconstituição de atos administrativos praticados por membro do Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina, consolidados nas Recomendações nºs 71/2012, 72/2012, 14/2013 e notificação via ofício 7750/2012, contrários às decisões judiciais proferidas nos autos da ACP nº 2008.72.00.000950-1, do AI nº 2008.04.00.004894-9/SC e da Cautelar Incidental nº 5022472-69.2012.404.7200/SC. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Santa Catarina
- 34) Processo: 0.00.000.000189/2014-44 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Andréa Galvão Rodrigues da Cunha
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Requer o controle quanto à correção das provas e análise dos recursos da 3ª fase do concurso público para provimento de cargos de Analista de Promotoria I, do Ministério Público do Estado de São Paulo, que supostamente afronta princípios constitucionais.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: São Paulo

- 35) Processo: 0.00.000.000190/2014-79 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Patrícia Sá Romero
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Requer o controle quanto à correção das provas e análise dos recursos da 3ª fase do concurso público para provimento de cargos de Analista de Promotoria I do Ministério Público do Estado de São Paulo, que supostamente afronta princípios constitucionais.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: São Paulo
- 36) Processo: 0.00.000.000195/2014-00 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Fauler Felix de Avila
Henrique Pedro Farra
Nilton Giraldo dos Santos
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Requerem a suspensão do concurso público promovido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, para provimento de cargos de Analista de Promotoria I, em face de irregularidades constatadas na correção das questões e na ausência de fundamentação no indeferimento dos recursos apresentados, inclusive com violação ao princípio da vinculação ao edital. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: São Paulo

Incluídos na pauta da 10ª Sessão Ordinária (19/05/2014)

- 37) Processo: 0.00.000.000912/2010-61 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Almino Afonso
Assunto: Proposta de Resolução que visa estabelecer regras sobre o horário de funcionamento dos Ministérios Públicos da União e dos Estados.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Distrito Federal
- 38) Processo: 0.00.000.000140/2014-91 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Requer que seja verificado, junto ao Ministério Público do Trabalho, se o estabelecimento do prazo de vinte e nove dias nos editais de convocação de membros do Parquet teria como finalidade o pagamento de diárias como outra forma de recebimento de remuneração.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Origem: Distrito Federal
- 39) Processo: 0.00.000.000141/2014-36 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.001372/2013-86)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Visa analisar a expedição do Edital n.º 1/2014, da Procuradoria Geral do Trabalho, de teor idêntico àquele cuja nulidade foi declarada por este Conselho Nacional, nos autos do procedimento n.º 0.00.000.001372/2013-86.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Origem: Distrito Federal

Incluído na pauta da 11ª Sessão Ordinária (02/06/2014)

- 40) Processo: 0.00.000.000539/2014-72 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Rodrigo Fernandes Cruz Humberto
Advogado: Ricardo César Mandarino Barreto - OAB/DF nº 34.716
Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
Assunto: Requer o controle de supostas irregularidades na prova oral do concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Paraná, bem como que seja concedida ao candidato a pontuação mínima para aprovação no mencionado certame. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Origem: Paraná

Incluídos na pauta da 13ª Sessão Ordinária (29/07/2014)

- 41) Processo: 0.00.000.000328/2012-78 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Adilson Gurgel de Castro
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre o Código de Ética no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
- 42) Processo: 0.00.000.001310/2013-74 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior
Assunto: Proposta de Recomendação que revoga a Recomendação CNMP nº 16, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Distrito Federal
- 43) Processo: 0.00.000.001434/2013-50 (Inspeção)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal no Estado de Tocantins
Assunto: Inspeção no Ministério Público Federal no Estado de Tocantins.
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Distrito Federal
- 44) Processo: 0.00.000.001435/2013-02 (Inspeção)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho no Estado de Tocantins
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Trabalho no Estado de Tocantins.
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Distrito Federal
- 45) Processo: 0.00.000.001436/2013-49 (Inspeção)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Estado de Tocantins.
Relator: Cons. Alessandro Tramujas Assad
Origem: Distrito Federal

Processos desta Sessão (18/08/2014)

- 46) Processo: 0.00.000.000394/2011-67 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Almino Afonso
Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 47) Processo: 0.00.000.000534/2012-88 (Procedimento Avocado) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.000535/2012-22)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba
Advogado: Alexandre Vieira de Queiroz – OAB/DF n.º 18.976
Assunto: Questão de Ordem relativa ao desmembramento e inversão da ordem de julgamento dos Processos CNMP n.º 0.00.000.000534/2012-88 e n.º 0.00.000.000535/2012-22.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal
- 48) Processo: 0.00.000.001065/2012-14 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Deborah Pierri - Procuradora do Ministério Público
Maria da Gloria Villaça Borin Gavião de Almeida - Promotora de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Requer que este Conselho analise as atribuições dos Grupos Especiais de Atuação e a sistemática adotada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: São Paulo
- 49) Processo: 0.00.000.001475/2012-65 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Fernando J. D. Fernandez
Requerido: Ministério Público Federal no Município de Joinville
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público Federal em prestar respostas e esclarecimentos a respeito de denúncia contra os Correios, que foi encaminhada a unidade de Joinville/SC.
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Santa Catarina
- 50) Processo: 0.00.000.000235/2013-24 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Almino Afonso Fernandes
Assunto: Proposta de Resolução que proíbe a subvenção de entidades privadas com fins lucrativos aos congressos, seminários, simpósios, encontros jurídicos e culturais e eventos similares realizados, promovidos ou apoiados pelo Ministério Público e suas Escolas Oficiais, com participação dos seus membros.
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho
Origem: Distrito Federal

- 51) Processo: 0.00.000.000766/2013-17 (Avocação) (Apenso: Processo CNMP n.º 0.00.000.001294/2012-39)
Requerente: Fânia Helena Oliveira de Amorim - Promotora de Justiça/MT
Advogado: José Fábio Marques Dias Júnior - OAB/MT n.º 6.398
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Assunto: Pedido de avocação dos Processos Administrativos Disciplinares GEDOC n.º 00056-024/2012, 00057-024/2012, 00019-024/2013, 00020-024/2013, 00021-024/2013, 000040-024/2013 e do Incidente Mental n.º 00066-024/2012, em tramitação perante a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza
Origem: Mato Grosso
- 52) Processo: 0.00.000.001124/2013-35 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: José Fontes de Andrade - Promotor de Justiça/RN
Advogados: Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros - OAB/RN n.º 3640
Flaviano da Gama Fernandes - OAB/RN n.º 3623
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Pedido de Revisão do Processo Administrativo Disciplinar n.º 5.345/2012-PGJ/RN, que tramitou no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Rio Grande do Norte
- 53) Processo: 0.00.000.001207/2013-24 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Visa avaliar a compatibilidade do pagamento da gratificação pela participação em Comissão de Concurso no Ministério Público do Estado de Santa Catarina com o regime de subsídios.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Distrito Federal
- 54) Processo: 0.00.000.001739/2013-61 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Aeroclube Entretenimento Ltda - Rock in Rio Café Salvador
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Requer o controle de ato do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, para suspender os efeitos da decisão administrativa que arquivou o Processo n.º 003.0.113579/2008, determinando o encaminhamento dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, para as providências jurídicas que entender cabíveis, conforme previsto na Lei Orgânica daquela instituição.
Relator: Cons. Jarbas Soares Júnior
Origem: Bahia
- 55) Processo: 0.00.000.001810/2013-14 (Embargos de Declaração)
Embargante: Frederico Meckler Santos
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que negou provimento a Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte
Origem: Minas Gerais

- 56) Processo: 0.00.000.000136/2014-23 (Recurso Interno)
Recorrente: Ronaldo Tolentino da Silva - Subprocurador-Geral do Trabalho
Recorrido: Membro do Ministério Público do Trabalho
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Distrito Federal
- 57) Processo: 0.00.000.000229/2014-58 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Nadja Brito Bastos - Promotora de Justiça/BA
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Requer a anulação do Ato nº 709/2013, do Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia, o qual removeu membro da mencionada unidade ministerial para vaga remanescente de remoção interna, bem como a suspensão do Edital nº 02/2014, que mantém a mesma forma irregular de progressão na carreira. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego
Origem: Bahia
- 58) Processo: 0.00.000.000356/2014-57 (Proposição)
Proponente: Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho
Assunto: Proposta de Resolução, que altera a Resolução CNMP nº 23/2007, regulamentando os art. 6º, inciso VII, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e os art. 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil.
Relator: Cons. Alexandre Berzosa Saliba
Origem: Distrito Federal
- 59) Processo: 0.00.000.000384/2014-74 (Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo)
Requerente: Anselmo Aparecida Silva
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Goiás, na apuração e conclusão da Sindicância nº 201003077387, que versa a respeito de homicídio e tramita na 1ª Vara Criminal de Luziânia.
Relator: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho
Origem: Distrito Federal
- 60) Processo: 0.00.000.000386/2014-63 (Recurso Interno)
Recorrente: Marcone Xavier Furtado
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Bahia

- 61) Processo: 0.00.000.000646/2014-09 (Embargos de Declaração)
Embargante: Gustavo Quirino dos Santos- Analista MPU/Apoio Jurídico/Direito
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que não conheceu Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Mato Grosso do Sul
- 62) Processo: 0.00.000.000723/2014-12 (Revisão de Decisão do Conselho)
Requerente: Lauro Pinto Cardoso Neto - Secretário-Geral do Ministério Público da União
Interessado: Mário César Cardoso
Advogados: Lucas dos Prazeres Fonseca - OAB/DF n.º 30588
Gilberto Garcia Gomes - OAB/DF n.º 8.849
Assunto: Requer a revisão da decisão deste Conselho Nacional proferida no Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000076/2013-68, que teve por objeto a verificação de suposta irregularidade na exoneração de funcionário contratado pelo Ministério Público Federal, na forma autorizada pelo Decreto nº 77.242/76, bem como a reintegração ao quadro de pessoal da PGR/MPF, de acordo com a decisão exarada no Processo CNMP nº 0.00.000.001070/2011-46.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Distrito Federal
- 63) Processo: 0.00.000.000809/2014-45 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Visa apurar a compatibilidade de horário entre o exercício funcional e a atividade docente dos membros que exercem o magistério no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará (Relatório de Inspeção, item 6.6.1).
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Distrito Federal
- 64) Processo: 0.00.000.000815/2014-01 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Visa apurar a compatibilidade de horário entre o exercício funcional e a atividade docente dos membros que exercem o magistério no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará (Relatório de Inspeção, item 52.50).
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Distrito Federal
- 65) Processo: 0.00.000.000819/2014-81 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Visa apurar a compatibilidade de horário entre o exercício funcional e a atividade docente dos membros que exercem o magistério no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará (Relatório de Inspeção, item 52.50).
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Distrito Federal

- 66) Processo: 0.00.000.000833/2014-84 (Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Visa apurar a compatibilidade de horário entre o exercício funcional e a atividade docente dos membros que exercem o magistério no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia (Relatório de Inspeção, item 3.3.1).
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Distrito Federal
- 67) Processo: 0.00.000.000865/2014-80 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Claudio Roberto Pereira Soeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Requer a suspensão do Concurso de Promoção e/ou Remoção das Promotorias de Entrância Final do Ministério Público do Estado do Piauí, para republicação dos Editais de Inscrição das Promotorias de Justiça de Picos, de Floriano e de Corrente para tramitação normal do certame. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior
Origem: Piauí
- 68) Processo: 0.00.000.000875/2014-15 (Pedido de Providências)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Requer providências em relação à devolução de servidor requisitado pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco ao órgão de origem, que ocorreu sem a devida justificativa.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Pernambuco
- 69) Processo: 0.00.000.000952/2014-37 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Sérgio Fernandes de Abreu Júnior
Advogado: Rafael Santos Soares - OAB/MG N° 133.039
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Requer a manutenção do requerente no 21º concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado de Rondônia, possibilitando sua participação nas ulteriores fases do certame, bem como a anulação do exame psicotécnico, ante a violação aos princípios da legalidade e publicidade. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Rondônia
- 70) Processo: 0.00.000.000977/2014-31 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Jadiel Albert Ribeiro Barbosa
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Requer a anulação, sob a alegação de ilegalidade, do exame psicotécnico aplicado pelo Ministério Público do Estado de Rondônia no 21º Concurso para provimento no cargo de Promotor de Justiça Substituto, com reintegração do requerente ao certame até o seu encerramento. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Rondônia

- 71) Processo: 0.00.000.001002/2014-20 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Luiziana Teles Feitosa Anacleto
Osvaldo Teles Lobo Júnior
Vanderlei Batista Cerqueira
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Requer a anulação, sob alegação de ilegalidade, do exame psicotécnico aplicado pelo Ministério Público do Estado de Rondônia no 21º Concurso para provimento no cargo de Promotor de Justiça Substituto, com reintegração do requerente ao certame, até o seu encerramento. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Rondônia
- 72) Processo: 0.00.000.001055/2014-41 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Macário Oliveira Júnior
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Assunto: Requer a suspensão do concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado do Maranhão, até que seja divulgado o espelho de correção ou a resposta padrão das questões das provas dissertativas, com o respectivo reestabelecimento do prazo recursal de 5 (cinco) dias. Pedido de Liminar.
Relator: Cons. Leonardo de Farias Duarte
Origem: Maranhão

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público